

Fundo de Participação ganha força

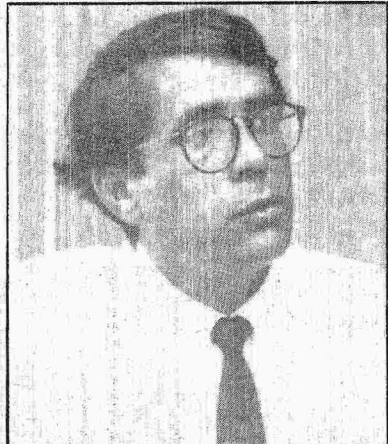
O senador Pedro Teixeira defenderá hoje, em mesa-redonda no JBr, emenda constitucional que garante repasses ao DF

Arquivo



Teixeira propõe emenda

Arquivo



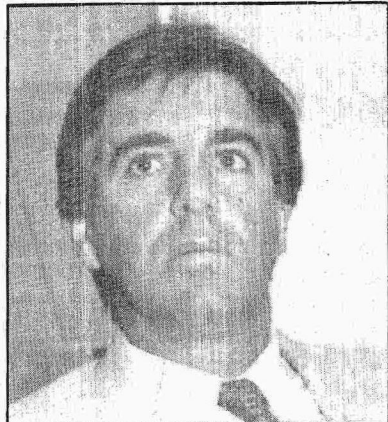
Haroldo Meira, administrador

Márcio Batista 29.1.91



O secretário Renato Riella

Arquivo



Jorge Jardim, da Telebrasil

Arquivo



Antônio Fábio Ribeiro, da Fibra

CLÁUDIA CARNEIRO

A criação do Fundo de Participação do Distrito Federal, apontado por políticos e empresários como a saída para que Brasília resolva seus problemas orçamentários para suprimimento das áreas de segurança, saúde e educação e consolide sua autonomia financeira, é o tema do seminário "Brasília em Debate", que prossegue hoje, a partir de 9h00, no **Jornal de Brasília**. Durante a segunda etapa do seminário promovido pelo JBr, TV Nacional e Rádio Nacional, o senador Pedro Teixeira (PP-DF), um dos debatedores, defenderá a proposta de emenda constitucional apresentada por ele, que remaneja recursos destinados à capital federal para um fundo específico para o DF.

A mesa redonda para discussão dos rumos políticos que devem ser tomados para assegurar ao Distrito Federal a constituição de um fundo próprio será formada também pelo secretário do Trabalho do GDF, jornalista Renato Riella; o presidente da Federação das Indústrias do DF, Antônio Fábio Ribeiro; e o presidente da Telebrasil e secretário-executivo do Ministério das Comunicações, Jorge Jardim. O debate será conduzido pelo jornalista Irineu Tamanini, da Radiobrás.



BRASILIA
EM
DEBATE



Emenda — A proposta de emenda que tramita no Senado Federal — PEC nº 10/92 — retira uma parte dos recursos destinados aos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), dos quais é reservado menos de 1% para o Distrito Federal, e os remaneja para o Fundo de Participação do DF. Se aprovada, a emenda viria acrescentar ao artigo 159 a destinação de 5% da arrecadação tributária federal especificamente ao DF. A Constituição garante hoje que sejam repassados ao FPE e FPM, respectivamente, 21,5% e 22,5% da arrecadação de imposto sobre renda e sobre produtos industrializados.

Para o senador Pedro Teixeira, a aprovação desta proposta significará ao Governo do Distrito Federal o fim da corrida aos recursos suplementares enfrentada todos os anos, para que o funcionamento das áreas essenciais de saúde, segurança e educação seja assegurado. "Toda a bancada do DF deve assumir esta luta e mostrar ao restante do País que nada está sendo tirado de outros Estados", disse.

O Fundo de Participação do DF vai possibilitar a Brasília, segundo o senador, o cumprimento de sua função como capital da República — "um custo que deve ser assumido obrigatoriamente pela União" — e evitar que se instale o colapso socioeconômico com a diminuição gradual dos repasses da União, que vem acontecendo nos últimos anos.